

Zoran Roca (2000)

As “Crianças de Rua” em Angola. Um Estudo das Necessidades e dos Potenciais para a Introdução do Ensino Básico Informal

Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 156p.

A obra em epígrafe representa um contributo importante para compreender o sistema educativo angolano e as matérias relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem como via de desenvolvimento.

Trata-se de um trabalho de investigação que se insere num programa mais alargado realizado pelo projecto “**Kandengues Unidos**”, financiado pela União Europeia e realizado pela CIES – Centro de Informazione Educazione Sviluppo. Estrutura-se em quatro partes temáticas, sendo a I parte consagrada às “diferenças crescentes”, a II ao “corresponder as necessidades”, a III à “educação informal como um desafio do desenvolvimento nacional” e a IV as “conclusões e sugestões”.

Na sua introdução, Zoran Roca começa por uma breve contextualização relativamente ao nível dos progressos nos últimos anos, dos resultados positivos de investimentos nos domínios da educação e formação profissional em quase todo o mundo. Refere as perturbações políticas, instabilidades económicas, rupturas sociais e culturais e a pauperização constante que têm contribuído para um aumento crescente da população excluída do sistema de educação formal, de que se destacam as crianças e

jovens adolescentes pobres, o que se traduz em consequências pesadas na vida destas crianças a longo prazo (p.12)

Ao trabalhar os aspectos quantitativos e qualitativos, o mesmo autor chegou à conclusão de que o aspecto quantitativo é que domina a provisão de educação básica em Angola, pondo em causa os aspectos qualitativos.

Segundo Simão (1994, citado por Roca 2000), para além da falta de vagas nas escolas, a educação básica regular em Angola caracteriza-se por um grande número de desistência, repetição de classes, diminuição de frequência escolar na faixa dos 5 aos 14 anos, aumento das desigualdades regionais e o crescente desperdício dos recursos educacionais, o que explica em parte o fenómeno das “*crianças de rua*” (p. 14).

Assim, Roca sustenta que o seu estudo tem dois objectivos:

a) Alertar para as inadequações quantitativas e qualitativas do sistema angolano de educação básica, que causam a exclusão das crianças e jovens adolescentes pobres da escola e acentuam a situação de marginalidade sócio-económica; e

b) Sugerir a possibilidade de introduzir formas alternativas de educação básica, o que estimulem uma integração

social e económica eficaz destas crianças e jovens adolescentes (p. 14).

O autor faz uso de uma terminologia básica, articula assuntos e dilemas conceptuais e metodológicos. Começando por definir que “o tema crianças de rua refere-se a crianças com idades compreendidas entre os 6 e 11 anos e jovens adolescentes entre os 12 e os 16 anos, os quais não têm acesso ao sistema formal de educação e que passam a maior parte do tempo na rua” (p. 15).

Na verdade, o termo “*crianças de rua*” é usado para indicar crianças e jovens adolescentes urbanos, tanto no centro como nos subúrbios da cidade, forçadas pela pobreza ou guiadas pelo desejo de independência, para tentar conseguir sustentar-se na rua, pois mendigam, lavam e tomam conta de carros, vendem, engraxam sapatos, carregam água, etc. (p. 15).

Segundo o autor, a maior parte das “*crianças de rua*” são analfabetas ou semianalfabetas, são excluídas do sistema de educação formal ou mantém uma difícil relação com ela. Estas crianças são muito heterogéneas em termos de origem e situação familiar, passado migratório, tipo de habilitações, nível educacional e herança cultural.

No entender de Zoran Roca, “as vantagens do termo “crianças de rua” está em acentuar não só o facto de a escola e da casa serem substituídas pela rua, mas também de que tal situação reflecte a pobreza dessas crianças” (p. 17).

Partindo do estudo de Fábio Dalloape no seu livro intitulado *An Experience with Street Children*, Roca aplica a grelha de análise seguida por aquele

autor no caso angolano e conclui que o problema “*crianças de rua*” só há bem pouco tempo teve a devida atenção, visto que a sua caracterização foi feita pelo projecto “**Kandengues Unidos**” (p.17), realizado para a União Europeia pela CIES.

Ao caracterizar as “*crianças de rua*” localizadas em Luanda, isto é, as crianças e jovens adolescentes que se encontram na parte baixa da cidade capital angolana, destaca dois tipos:

a) “*Crianças de rua*”, aquelas que passam todas as 24 horas do dia na rua porque não têm família e casa para regressar:

- São cerca de 300 a 400, sendo na sua maioria rapazes com idades compreendidas entre os 9 e os 15 anos;

- Vivem organizadas em grupos instáveis e em refúgios;

- Deixam as casas devido a conflitos familiares;

- Ganham dinheiro com lavagens de carros, vendas de jornais e como mendigos;

- Sofrem de falta de protecção física e jurídica;

- Comem a sombra dos restaurantes, outros procuram comida no lixo; e

- As raparigas são geralmente prostitutas, ou trabalham como criadas.

b) “*Crianças na rua*”, também designadas, “*crianças trabalhadoras*” que regressam a casa só no final do dia. Estas crianças passam grande parte do tempo praticando actividades económicas marginais:

- São centenas, tanto raparigas como rapazes, no centro da cidade e nos bair-

ros pobres de Luanda, os ditos «musseques»;

- Ganham dinheiro para as famílias e para eles próprios, vendendo bens de consumo, engraxando sapatos, carregando água, etc.;

- Não têm qualquer tipo de grau de instrução, a maior parte delas são semianalfabetos e sem capacidade produtiva; e

- Sofrem de vários níveis de negligência, violência por parte da família.

No entanto, ao apresentar os dois tipos atrás referidos, o autor teve o cuidado de distinguir duas situações: a primeira em que se observa “*crianças de rua*” que vivem nos centros urbanos, e a segunda que tem que ver com as crianças que vivem nos meios suburbanos, os chamados musseques de Luanda.

Neste segundo caso, o autor sustenta que as crianças passam mais tempo na rua, isto é fora de casa, mas encontram-se mais facilmente sob o controlo dos adultos. Estas crianças ficam apenas três horas por dia na escola. A maior parte delas estão envolvidas em tarefas domésticas, em pequenas actividades de criação de rendimento nos bairros.

Roca destaca a assistência prestada pelo projecto “**Kandengues Unidos**”, por ser uma organização angolana não governamental que centra a sua actividade nas “crianças de rua”, que precisam de desenvolver as suas potencialidades para uma subsistência autónoma a longo prazo, tendo como preferência proporcionar a estas crianças a educação básica, capacidade produtiva e formação profissional inicial, estimulando-as no

sentido de tomarem parte da vida activa e na procura de soluções para a situação de exclusão social (p. 20).

O autor afirma no capítulo I que “o sistema educativo angolano apresenta falhas entre os seus princípios e objectivos como a igualdade de oportunidade de acesso à escola, educação contínua, criação de forças de trabalho qualificadas bem como a sua capacidade real em termos de quantidade e qualidade de infra-estruturas e de potenciais em recursos humanos a nível de professores, formadores, quadros de apoio e de meios financeiros. O que tem contribuído para o aumento das taxas de reprovação e de abandono escolar, pois a ajuda vinda do sector privado tem sido mínima neste sentido”(p. 25).

Consequentemente, o reacender da guerra em 1992 fez diminuir ainda mais a escolarização, visto que as pessoas deslocavam-se constantemente de um lado para o outro em busca de segurança, bem estar e conforto (Roca, 2000, p. 26).

Relativamente aos componentes estruturais do sistema de educação básica, o autor refere o seguinte:

a) Ensino de Base, que reside em três componentes:

- Ensino de Base Regular (a instrução primária regular), com idades entre os 5 e 15 anos;
- Ensino para os Adultos; e
- Ensino Especial.

b) Ensino de Base Regular, que compreende:

- Classe de Iniciação, para crianças com 5 anos de idade;
- 1º Nível, ou educação primária obri-

gatória (da 1ª à 4ª classe), para crianças entre os 6 e 15 anos;

- 2º Nível, com a duração de dois anos (5ª e 6ª classes) para crianças com idades entre os 10 e 11 anos; e

- 3º Nível, também com duração de dois anos (7ª e 8ª classes).

Com efeito, os projectos elaborados e por elaborar pelo grupo “**Kandengues Unidos**” não são isolados, na medida em que a apresentação da globalidade das organizações nacionais e internacionais mostram os trabalhos realizados e por realizar no âmbito da assistência na área da educação, protecção e saúde para as crianças com necessidades especiais e “*crianças de rua*”, em termos de colocação de tendas, fornecimentos de roupas, comida, “clínicas móveis”, etc.

Na obstante, a United Nations Children’s Fund (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para a População (FNU-AP), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial, o Fundo Cristão, a Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA/Angola), “Kandengues Unidos” e outras organizações abordam as questões de educação, em parceria com o Ministério da Educação, em termos de programas de “micro-escolas” em zonas rurais de Angola, restauro de paredes e telhados de escolas destruídas, patrocínio de estudos sobre os “conhecimentos, atitudes e práticas” (Kap) sobre o comportamento sexual entre os jovens (p. 56), para além de prestar assistência financeira e técnica para a integração de várias disciplinas escolares e promoção de programas e projectos de informação-educação-comunicação para ado-

lescentes fora do sistema escolar.

Um outro projecto está ligado à promoção de formação vocacional e à provisão de serviços ou acolhimento jurídico a soldados desmobilizados, em cooperação com o Instituto Nacional de Formação Profissional (INAFOP) e com o Instituto para o Apoio às Pequenas Empresas (INAPEM), em programas de alimentação escolar e de fornecimento de medicamento, financiamento de educação primária, desenvolvimento e reabilitação psicossocial e programas educacionais destinados às crianças excluídas das escolas, desenvolvimento integrado, em termos de formação e criação de capacidades, programas de educação, motivação para frequentar a escola, onde os pais têm um papel fundamental, visto que os termos “laboratório ao vivo” e “escolas para a vida” faziam parte dos projectos destas instituições, cujo objectivo é aumentar a capacidade das “*crianças de rua*” para sobreviver e construir um futuro para eles próprios (pp. 67-82).

Relativamente à educação informal como um desafio do desenvolvimento nacional, Fazendeiro (1992, citado por Roca 2000) chama a atenção para as questões dos objectivos da educação como um estímulo básico de transmissão de conhecimentos e valores, possibilitando a preparação dos membros de uma sociedade para a tomada de consciência e participação activa nos processos de modernização e desenvolvimento sócio-económico.

O autor sustenta que em Angola não será tão cedo que o sistema de educação poderá incentivar uma acção conjunta

das pessoas ou organizações de modo positivo, entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento sócio-económico, além de não ter sido capaz de motivar a população e garantir-lhe o acesso à educação básica que é primordial para qualquer país.

Com efeito, os esforços envidados pelos programas e projectos desenvolvidos a nível nacional em prol da educação informal tendem a acudir grupos limitados e um pequeno número de “*crianças de rua*”, porque obedecem a critérios adoptados como o sexo, com vantagens para o sexo masculino, tipo de situação familiar.

Assim, as actividades que se desenvolvem, orientadas para a educação informal, fazem-se de modo isolado, conduzidas como experiência e não gozam de um grande reconhecimento social e apoio oficial suficiente, pois carecem de uma “legitimidade geral” (p. 91) por estar fora do sistema nacional de educação e excluídas de outras instituições nacionais de cariz económico, jurídico, financeiro, administrativo e político

Roca refere que um meio seguro para a resolução destes problemas seria dotar a educação informal de um quadro institucional que garantisse a sua complementaridade com o sistema de educação formal, tendo como objectivo fazer com que o sistema de educação informal ganhasse maior estabilidade e abrangesse todas as “*crianças de rua*”, contribuindo para o reforço da cooperação entre as instituições governamentais e as ONG's, na medida em que este sector informal tem sido marginalizado nas políticas de desenvolvimento, como parte de uma

não aceitação da sua existência, pelo facto de se encontrarem limitadas pela ilegitimidade e falta de reconhecimento por parte das autoridades de direito.

Mas, ao questionar-se a respeito da existência de algum interesse nacional por parte do governo em estabelecer-se um quadro institucional para possibilitar uma educação básica informal eficaz para os pobres, Roca responde afirmativamente, na medida em que é de importância estratégica para o desenvolvimento económico e social do país apoiar a educação informal, bem como a formação vocacional e a habilitação para gestão, a fim de desenvolver e reforçar o sector informal de economia, onde grande parte da população está empregada, e por ser uma área importante da actividade económica-chave do país (p. 95).

Na opinião de Bender e Hunt (1991, citado por Roca 2000), a característica-chave do sector informal é o uso intensivo de mão-de-obra e a capacidade de criar mais empregos a nível de investimento do que o sector moderno e formal da economia. Sugerem ainda que o sector informal tem se revelado importante para o bem estar dos pobres e para o crescimento económico a longo prazo (p. 101).

Segundo Roca, a exclusão do sistema de educação básica conduz à redução dos níveis de literacia e conhecimentos básicos, pois as habilidades vocacionais dos que trabalham no sector informal são muito baixas. Por isso, uma pessoa pobre sem educação e sem habilitações, para além de precisar de apoio para a sua legalização, apoio administrativo

e de infra-estruturas, precisa também de apoio para desenvolver habilidades produtivas e de gestão, isto é, ter acesso à educação e programas de formação pragmáticas, desde a literacia funcional, ter habilidades práticas e adquirir as bases de gestão de negócios que é fundamental para as actividades que eles exercem.

Tendo em conta que o que motiva as “crianças de rua” é fundamentalmente a pobreza, e que a única coisa que lhes preocupa é ter comida e dinheiro, Roca sugere que “aprender” deve estar associado ao “ganhar” dinheiro (p. 125).

No que respeita às conclusões e sugestões, o referido autor afirma que as condições externas relacionadas com a situação política, social e económica que são desfavoráveis no país têm impedido o sistema de educação angolano de atingir toda a população em idade de frequentar a escola primária, abrangendo em larga medida os filhos dos pobres. Embora tudo isto deixe de ocorrer com a instauração da paz, a exclusão em massa poderá permanecer ainda por muito tempo (p. 127).

Roca sugere que as alternativas de educação básica para os pobres deveriam ser legalmente reconhecidas como complementares a uma educação pública formal. Pois que, legalizando e incentivando investimentos com qualidade e competitividade, contribuirá para a redução das “propinas” e a responsabilização de todos aqueles que dão uma ajuda neste sector servirá como alternativa adequada à exclusão educacional.

Por outro lado, sugere medidas para a realização eficaz, como também a co-

ordenação, solidariedade e cooperação entre os Ministérios da Reinserção Social (MINARS), Ministério da educação (MED), Ministério Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) e outros, no sentido de se formar uma base comum com estratégia e programa de acção para o incentivo do ensino básico não convencional e da formação vocacional para as “crianças de rua”, especificando o que é que cada ministério deveria fazer em prol desta problemática como solução a longo prazo.

Em conclusão, esta obra, que consideramos importante, deve ser conhecida por todos aqueles que lidam e trabalham com as crianças e jovens adolescentes angolanos e que, de um modo geral, desconhecem a realidade profunda da existência deste fenómeno, o que lhes impossibilita de ter uma visão mais consistente e realista sobre o problema “crianças de rua”.

Adelina de Kandingi